



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

**GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA DO
SUAS**

Elaboração da Lei
Orçamentária Anual 2027
para a Assistência Social
(SUAS)

ORÇAMENTO PÚBLICO

É um instrumento de ação estatal, de planejamento, utilizado para gerenciar e controlar a aplicação dos recursos públicos e monitorar os gastos realizados pelo governo.

Por exemplo, para que um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) seja construído, os técnicos remunerados e a limpeza realizada, é preciso que haja antes a previsão detalhada do que será feito e de quanto será gasto. Esta previsão é expressa no texto do orçamento público

DEFINIÇÃO E EXERCÍCIO FINANCEIRO

O QUE É A LOA?

Instrumento de planejamento que estima as Receitas e fixas as Despesas públicas para um ano. No Brasil, o exercício financeiro compreende o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

BASE LEGAL

Definida pela Constituição Federal de 1988 (Art. 165), a LOA deve estar alinhada às prioridades da LDO e às metas do PPA, garantindo o equilíbrio fiscal e a transparências

É crucial que todas as receitas, incluindo transferências do FNAS e recursos próprios dos estados e municípios, estejam prevista corretamente As despesas devem estar alinhadas com Políticas Nacional de Assistências Social, assegurando que os valores fixados sejam suficientes para cumprir as metas estabelecidas no PPA e garantir os direitos da população

CICLO DE PANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Para o SUAS, é vital que o planejamento orçamentário reflita as demandas reais dos Blocos de Financiamentos.



PLANO PLURIANUAL (PPA)

É uma lei de planejamento governamental de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Ele orienta a execução dos orçamentos e garante a continuidade dos serviços e obras públicas.

✦ Características Principais

Vigência: Duração de 4 anos. O período não coincide com o mandato do gestor (é aprovado no 1º ano de mandato, entrando em vigor no 2º ano e se estendendo até o 1º ano do governo seguinte).

Função Estratégica: Define onde e como o dinheiro público será investido em áreas como saúde, educação, infraestrutura e segurança.

Hierarquia: É o plano mestre que norteia as outras duas leis orçamentárias anuais:
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOA: Lei Orçamentária Anual.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

A LDO estabelece as metas e prioridades da administração pública para o ano seguinte, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela funciona como um elo estratégico, adequando os planos de longo prazo às reais possibilidades de caixa do governo.

Características Principais

Planejamento Financeiro: Estabelece as metas de resultado fiscal (como superávit ou déficit) e as diretrizes de política fiscal em consonância com a dívida pública.

Prioridades: Define quais programas e ações do Plano Plurianual (PPA) terão prioridade na execução do orçamento subsequente.

Regras de Gastos e Arrecadação: Dispõe sobre limites para despesas com pessoal, transferências de recursos, alterações na legislação tributária e política de aplicação de agências de fomento.

Tramitação: Por lei, o projeto deve ser encaminhado pelo Executivo ao Legislativo anualmente e sua aprovação é requisito fundamental para o recesso parlamentar de meio de ano.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

A LOA é o instrumento legal que estima as receitas e fixa as despesas do poder público para o ano seguinte. Ela garante a execução prática dos programas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), detalhando o destino exato dos recursos em saúde, educação e infraestrutura.

Características Principais

Objetivo principal: Transformar em números as políticas públicas, definindo quanto o governo irá arrecadar (através de impostos, taxas e contribuições) e como esse dinheiro será distribuído.

Abrangência: É elaborada por todas as esferas governamentais (União, Estados e Municípios).

Vigência: Tem validade de exatamente um ano e segue o ano civil (de 1º de janeiro a 31 de dezembro)

DEFINIÇÃO E EXERCÍCIO FINANCEIRO

RECEITA

Receita é o ingresso de numerário aos cofres públicos, que servirá como fonte para fazer face às despesas públicas. Geralmente, esses recursos são provenientes de tributos.

Segundo o Manual Técnico de Orçamento – MTO, receitas públicas são ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

DESPESA

É a aplicação de recursos em forma de gastos e em forma de transformação patrimonial, com o fim de realizar as finalidades do Município.

É a aplicação de recursos em forma de gastos e em forma de transformação patrimonial, com o fim de realizar as finalidades do Município. Ou seja, é despesa pública como o conjunto de dispêndios do Estado para o funcionamento dos serviços públicos

ESTRUTURAÇÃO NA FUNÇÃO 08

ÓRGÃO GESTOR:

Confirmar a inclusão da **Secretaria Municipal de Assistência Social** como entidade responsável pela gestão e execução da Política de Assistência Social no município

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Precisa existir duas unidades orçamentárias distintas, uma da **Secretaria Municipal de Assistência Social** e outra do **Fundo Municipal de Assistência Social**, nessa última deve contar todas as ações orçamentárias cofinanciadas pelo FNAS e FEAS/CE

FUNÇÃO

08 - Assistência Social

SUBFUNÇÃO

Atualização de nomenclaturas de Subfunções - Portaria SOF/MPO nº 169/2024

122

**Administração
Geral**

241

**Assistência à
Pessoa Idosa**

243

**Assistência à
Criança e ao
Adolescente**

244

**Assistência
Comunitária**

245

**Serviços
Socioassistenciais**

246

**Segurança
e Renda**

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

PROGRAMÁTICA

Estabelece em que o orçamento será empregado

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO
08	122 241 242 243 244 245 245	XXXXX	XXX

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SUGERIDAS

- ★ GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- ★ GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
- ★ GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS – IGD-SUAS
- ★ BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
- ★ BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)
- ★ GESTÃO DOS BENEDÍCIOS EVENTUAIS

- ★ EXECUÇÃO DE EMENDAS
- ★ PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL
- ★ FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)
- ★ PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
- ★ PROCADSUAS
- ★ GESTÃO DE PROGRAMAS FEDERAIS NO ÂMBITO DO SUAS – AEPETI, ACESSUAS TRABALHO E BPC NA ESCOLA

Estrutura Funcional

SUBFUNÇÃO

SUBFUNÇÃO

08 - Função

Assistência
Social

FONTES DE RECURSOS

660 - Federal
661 – Estadual
500 -Municipal

122 - Administração Geral

- Controle Social da Assistência Social (CAS)
- PROCAD SUAS

241 - Assistência à Pessoa Idosa

- Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa idosa

243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

- Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz

244 - Assistência Comunitária

- Benefícios Eventuais
- IGD - Programa Bolsa Família

245 - Serviços Socioassistenciais

- Proteção Social Básica
- Proteção Social Especial
- Estruturação da Rede de Serviço do SUAS (Emenda Parlamentar)
- Programa de erradicação do trabalho infantil
- Ações socioassistenciais a imigrantes e refugiados
- Proteção Social em situação de calamidades públicas e emergências
- IGD SUAS

246 - Segurança e Renda

- Programa de Transferência de Renda (programas locais)

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VEDADAS

Na Unidade Orçamentárias do Fundo de Assistência Social, não deve, de forma alguma, ser alocada qualquer ação/programa orçamentário que não esteja prevista no ordenamento do SUAS

- Gestão e manutenção do Conselho Tutelar;
- Manutenção de Conselhos que não seja o Conselho de Assistência Social, como os Conselhos da Criança e Adolescente, Mulher, Pessoa Idosa e outros;
- Comunidades Terapêuticas;
- Segurança alimentar e nutricional
- Políticas sobre Drogas
- Direitos Humanos e Igualdade Racial
- Defesa Civil
- Política para Juventude;
- Programas de Redistribuição de Renda;
- Política de Habitação;
- Sistema de Garantia de Direitos;
- Política do Trabalho
- Ações de Acesso à documentação básica;
- Programas que não tenham regulação prevista no Suas
- Outras ações que venham ferir a LOAS e ao SUAS

CATEGORIA ECONÔMICA

3 - DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO)

Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Exemplo: Pagamento de pessoal e encargos sociais, materiais de consumo, serviços de terceiros, diárias, passagens.

4 - DESPESAS DE CAPITAL (INVESTIMENTO)

Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Exemplo: Obras, instalações, aquisição de equipamento e material permanente.

GRUPO DE NATUREZA DA DESPESAS (GND)

1 - Pessoal e Encargos Sociais: Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas e encargos trabalhistas.

3 - Outras Despesas Correntes: Demais custos de manutenção, como diárias, material de consumo, serviços de terceiros e auxílios

4 - Investimentos: Aquisição de equipamentos, materiais permanentes, realização de obras e constituição de capital de empresas.

MODALIDADE DE APLICAÇÃO

50 - TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades sem fins lucrativos que não tenham vínculo com a administração pública.

90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de governo.

ELEMENTO DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA

04 – Contratação por Tempo Determinado

11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

14 – Diárias – Civil

30 – Material de Consumo

32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

33 – Passagens e Despesas com Locomoção

36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

43 – Subvenções Sociais

51 – Obras e Instalações

52 Equipamentos e Material Permanente

FONTES DE RECURSOS

500

Transferências de recursos do
Fundo Municipal de
Assistência Social - controle
dos recursos originários de
transferências do FMAS

660

Transferências de recursos do
Fundo Nacional de Assistência
Social - controle dos recursos
originários de transferências
do FNAS

661

Transferências de recursos do
Fundo Estadual de Assistência
Social - controle dos recursos
originários de transferências
do FEAS/CE

Considerando que as ações, serviços, programas e projetos da assistência social são **cofinanciados** com recursos dos três entes federados, os gestores dos fundos municipais de assistência devem fazer a previsão de no mínimo três fontes de recursos.

EXEMPLO DE DOTAÇÃO

FUNÇÃO

PROGRAMA

SUBFUNÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE

08.245.XXX.X.XXX
BLOCO DA PROTEÇÃO
SOCIAL BÁSICA

PADRONIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A padronização orçamentária por meio do Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) é o escudo da política pública

Rastreabilidade:

Saber exatamente onde o recurso é aplicado

Comparabilidade:

Falar a mesma língua orçamentária entre União, Estado e Municípios

Transparência:

Facilita o acompanhamento pelos Conselhos de Assistência Social

CONFORMIDADE (ART. 30 LOAS)

Unidade Orçamentária Exclusiva:
O FMAS deve possuir código próprio e exclusivo na estrutura da LOA 2027

Recursos Próprios
Comprovação obrigatória de aporte municipal alocado diretamente no Fundo

Aprovação pelo Conselho:
A proposta orçamentária (PLOA) deve ser apreciada e deliberada pelo Conselho de Assistência Social

Dúvidas?

Estamos à disposição para suporte técnico.

Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/CEARÁ

Secretaria da Proteção Social do Estado do Ceará - SPS/CE

☎ (85) 3108-0659

📞 (85) 98977-0633

✉ feas.ce@sps.ce.gov.br

📍 Rua Soriano Albuquerque, 230 Joaquim Távara – Fortaleza/CE

Sala da Coordenadoria Financeira